

60 anos de história: a contribuição de Myrian Veras Baptista aos estudos e pesquisas sobre a infância e a juventude

60 years of history: the contribution of Myrian Veras Baptista for Studies and Research on Children and Adolescents.

Franciele de Fátima Silva Braga¹

Resumo

Myrian Veras Baptista é detentora de rica e plural obra, dentro do Serviço Social, produzida ao longo de 60 anos dedicados à profissão. De 1992 a 2014, conduziu o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), contribuindo, assim, por mais de vinte anos para a produção de conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Esta pesquisa aborda aspectos na área da infância e juventude, por meio da trajetória de Myrian Veras Baptista, com o objetivo de analisar os principais eixos de estudos e pesquisas, por meio das teses e dissertações orientadas pela referida professora, bem como os projetos de pesquisa desenvolvidos e suas produções para além da Universidade. É reconhecido o legado da professora aos estudos e pesquisas sobre a criança e o/a adolescente, entretanto, são escassas as publicações e os dados sistematizados sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada na perspectiva do materialismo histórico-dialético, alicerçada, sobretudo, pelas *Teses sobre Conceito de História*, de Walter Benjamin (1940); desta forma, não apresentamos uma ordem cronológica e linear restrita dos acontecimentos, mas os movimentos e as nuances da história. Para tal, utilizamos dois pilares de análise: o resgate da história e da memória por meio das narrativas e a sistematização e categorização dos trabalhos desenvolvidos, das dissertações e teses orientadas, indicando, assim, os principais eixos, no âmbito da infância e juventude, para os quais a professora colaborou e as possibilidades de ação no tempo presente iluminadas pelo passado e vice-versa.

Palavras-chave: Serviço Social; História; Memória; Construção de Conhecimento; Infância e Juventude.

Abstract

Myrian Veras Baptista owns a very rich and plural work within the Social Work, over the sixty years dedicated to the profession. From 1992 to 2014 conducted the Center for Studies and Research on Children and Adolescents in the Postgraduate Studies Program in Social Work at the Pontifical Catholic University of São Paulo, thus contributing, for more than twenty years, to the production of knowledge about children, adolescents, young people and their families. This research approach in the area of childhood and youth through the trajectory of Myrian Veras Baptista aiming to analyse the main routes of studies and research through the theses and dissertations guided by the referred teacher, as well as the research projects developed and their

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em Avaliação e Gestão de Políticas Sociais pela Université Grenoble-Alpes.

productions for besides the University. The teacher's legacy to studies and research on children and adolescents is recognized, however publications and systematized data on developed research projects are scarce. It is a qualitative and quantitative research carried out in the perspective of dialectical historical materialism, based, above all, on Walter Benjamin's (1940) "Theses on the Concept of History", therefore, we do not present a restricted chronological and linear order of events, we seek the movements and the nuances of the story. For this, we use two pillars of analysis: the rescue of history and memory through narratives and the systematization and categorization of the works developed, of the dissertations and oriented theses, thus indicating the main routes in the scope of childhood and youth in which the teacher collaborated and the possibilities of action in the present time illuminated by the past and vice versa.

Keywords: Social Work; History; Memory; Knowledge Building; Childhood and Youth.

1. Introdução

Sabe-se que, a "duros passos", o Serviço Social trilhou seu caminho pelo amadurecimento enquanto profissão e como área do conhecimento, no Brasil. Ao longo de sua história, muitos foram os sujeitos que contribuíram para que isso ocorresse, dentre eles, a professora Myrian Veras Baptista, que graduou-se em 1954 e concluiu seu doutoramento em 1974 onde particularidade histórica de sua trajetória acompanha as mudanças que ocorrem no seio da própria profissão.

Este artigo discute a construção do conhecimento na área da infância e juventude por meio da trajetória de Myrian Veras Baptista. Tem por objetivo analisar os principais eixos de estudos e pesquisas por meio das teses e dissertações orientadas pela referida professora, bem como os projetos de pesquisa desenvolvidos e suas produções para além da Universidade.

Sabemos que é por meio das práxis² que se dá o imbricamento da unidade teoria/prática que induz os profissionais a pensarem sobre as suas práticas e cada vez mais compreender as relações sociais, os determinantes macroestruturais que a elas estão condicionadas. Neste sentido, percebemos que o Núcleo da Criança e Adolescente (NCA) recebia um contingente de profissionais do poder judiciário, porém, devido à falta de sistematização dos trabalhos realizados, desconhecíamos as produções forjadas no decorrer dessa parceria, além do impacto desta relação

² Compreendemos como Práxis é "a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem altera-la, transformando-se a si mesmos é a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática". (KONDER, 2018: 123)

no cerne do núcleo dos estudos.

Neste sentido, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa na perspectiva do materialismo histórico dialético, desta forma, não apresentamos uma ordem cronológica e linear restrita dos acontecimentos, buscamos os movimentos e as nuances da história. Por intermédio de dois pilares de análise: o resgate da história e da memória através das narrativas e a sistematização e categorização dos trabalhos desenvolvidos, das dissertações e teses orientadas, indicando assim, os principais eixos no âmbito da infância e juventude nos quais Myrian colaborou e as possibilidades de ação no tempo presente iluminadas pelo passado e vice-versa.

No que tange ao pilar sobre o resgate da história e memória por meio das narrativas, utilizamos como metodologia a história oral temática, para tal adotamos como procedimento a coleta de depoimentos dos sujeitos assistentes sociais, que atuaram com Myrian Veras Baptista nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Foram coletados cinco depoimentos, por ordem cronológica, elementos cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Vale ressaltar que na história oral temática, os depoimentos são conduzidos por um eixo norteador, no caso, a dimensão que buscamos com os depoimentos colhidos era a reconstrução histórica junto à professora Myrian, intencionalidade esta que foi explicitada a todos os sujeitos no momento do convite. Entretanto isto não é impeditivo de ouvir os sujeitos por inteiro, atento aos silêncios que, por vezes, nos dizem muitas coisas.

No que concerne ao pilar da sistematização e categorização dos trabalhos desenvolvidos optamos pela utilização da Plataforma Acácia criado pelo departamento de Cientometria da Universidade Federal do ABC (UFABC)³ que traça a genealogia acadêmica, uma fonte para os estudos da sociologia e a história da ciência brasileira. Os indicadores são extraídos da Plataforma Lattes e posteriormente é realizado a organização dos vínculos geracionais dos pesquisadores, orientadores e alunos dos últimos 75 anos.

2. Desenvolvimento

Em 2019, a revista Serviço Social e Sociedade, publicou na edição 134 o artigo “O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória” no qual Juliana

³Grupo dedicado ao estudo do progresso científico, tecnológico e de inovação baseado em indicadores cientométricos. O grupo tem por objetivo realizar estudos cientométricos/bibliométricos através de procedimentos computacionais. Atualmente o grupo tem desenvolvido abordagens computacionais para análise: (I) da produção e colaboração científica, e (II) da genealogia acadêmica, tanto no contexto nacional quanto internacional. Fonte: GC UFABC. Disponível em: <http://pesquisa.ufabc.edu.br/cientometria/> Acesso 12/04/2020.

Viana Ford (2019) afirma a necessidade de inserimos a discussão sobre os conceitos de história e memória no Serviço Social, pois assim evitaríamos as armadilhas do conservadorismo no âmbito da produção teórica da profissão.

Logo, a intencionalidade de se estudar a gênese do Serviço Social se faz necessária, uma vez que “sem história e memória não há identidade” (Martinelli, 2018: s.p) e o que seria da nossa profissão sem a identidade que nos une e nos particulariza enquanto categoria profissional. Desta forma, torna-se primordial o resgate e a apropriação da nossa história.

Nesta perspectiva, segundo lamamoto, o conhecimento que privilegia a história em tempos de pós modernidade, com metanarrativas, agudização das expressões da Questão Social é uma exigência.

Recuperar a concepção de conhecimento científico que privilegia a história é uma exigência em tempos de pós-modernidade e de generalização do fetichismo do capital financeiro, que invade adensa todas as esferas da vida em sociedade tornando opaco o mundo de produção e do trabalho em suas múltiplas relações com a política e a cultura. Erigem-se, em consequência, reações as metanarrativas e a recusa da história, no elogio aos fragmentos, a superficialidade da vida aprisionada aos fetiches mercantis que redundam a indiferença e esvaziamento das dimensões humano universais. (lamamoto, 2015: 470).

Desta forma, utilizando os estudos e pesquisas mencionados como norteadores, buscamos por meio da trajetória de Myrian Veras Baptista, desvelar parte da história e a memória da construção do conhecimento do Serviço Social na área da infância e juventude, considerando Myrian sujeito político, com suas singularidades, mas participe da memória coletiva da profissão.

2.1 O Núcleo da Criança e do Adolescente (NCA)

No dia 13 de julho de 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que teve como pano de fundo a mobilização de movimentos sociais e da sociedade civil. Um grande avanço, que vem a consolidar os direitos sociais conquistados anteriormente com a Constituição de 1988. Naquele cenário do ponto de vista, sociopolítico pertinentes as pesquisas no âmbito das Políticas Sociais que surgiam. Neste sentido, destacamos, ainda que a primeira dissertação que consideramos uma análise em si, da infância e juventude, orientada por Myrian, trata-se da pesquisa “O cotidiano dos filhos do Estado. Um estudo da vida cotidiana das crianças que necessitam de assistência do Estado” de Zélia Oliveira de Barros, em 1988.

O NCA teve sua gênese em grupo que se dedicava ao estudo da relação teoria-prática, no período de 1990-1992. Em 1991, sentindo a necessidade de estabelecer um Universo temático para o estudo da relação teoria- prática, o grupo aproveitou a oportunidade de um convite do CBIA⁴,(...) Nesse processo, se evidenciou a necessidade de ampliar o conhecimento das situações específicas em que adolescentes e crianças pobres estão mergulhados-crianças de rua, jovens com prática infracional, etc, - e de realizar estudos críticos sobre o modo de formulação das políticas direcionadas ao desenvolvimento deste grupo etário e dos mecanismos de sua operacionalização. (Baptista, 1995: 07-11)

Sendo assim, o Núcleo da Criança e do Adolescente (NCA), vinculado ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, nasce, acompanhando os reflexos da sociedade naquele momento, que estavam voltadas para uma nova interpretação da criança e do adolescente, enquanto sujeito de direitos.

O primeiro movimento, neste sentido, no âmbito nacional, deve-se à promulgação da Constituição de 1988, na qual destacamos o artigo 227, que prevê a responsabilização, da família, sociedade civil e Estado na garantia dos direitos fundamentais, às crianças, adolescentes.

Diante da promulgação da Constituição Federal, evidenciou-se a “necessidade de um profundo ordenamento das leis” (Oliveira, 2015: 58), haja vista, que o ordenamento jurídico vigente na época, que tratava especificamente da infância e juventude era o Código de Menores, de 1979.

No âmbito internacional, em 1979, houve a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas (ONU) e no ano de 1989 ocorreu a Convenção Internacional sobre os direitos da Criança aprovados pela ONU. Sendo promulgada no Brasil em 1990. Este cenário influenciou na aprovação em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que instaura no país a doutrina da proteção integral, superando a doutrina da situação irregular.

Neste sentido, a gênese do NCA, se situa no movimento amplo e contraditório das transformações da sociedade brasileira no que tange aos direitos da criança e do adolescente, através do convite do CBIA para formação de um curso de especialização sobre o trato à criança e ao adolescente na Baixada Santista.

Para tal, Baptista (1995: 07) explica que o grupo que discutia a relação teoria/prática realizou um estudo sistemático na perspectiva da pesquisa-ação na

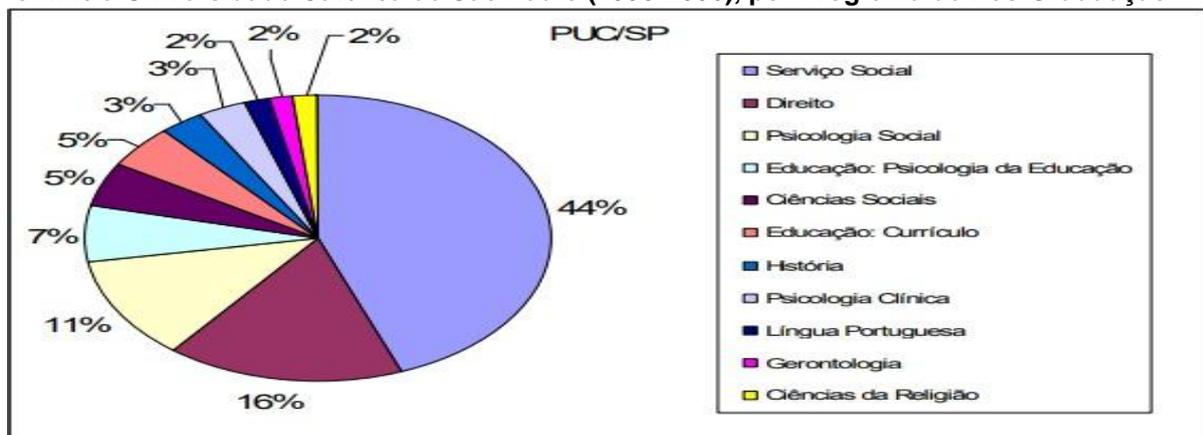
⁴ Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), que existiu de 1990 a 1996, vinculada ao Ministério do Bem-Estar Social e extinto durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

ação, na busca de uma “apreensão do real, ao mesmo tempo em que subsidiava a intervenção sobre o objeto de pesquisa e fomentava a produção de conhecimento”.

Sob este aspecto, para Macêdo (1998: 81) “A criação dos núcleos de pesquisa se constitui em novos arranjos institucionais elaborados pelos pesquisadores para responder a demanda de investigação sobre a problemática, traduzindo, portanto, o reconhecimento social que a temática adquire com a nova visão do ECA”, constituindo-se em um importante avanço no reconhecimento da potencialidade da temática à produção do conhecimento no Serviço Social.

Por sua vez, Bretan (2006), ao realizar um estudo sobre as teses e dissertações sobre o adolescente e o ato infracional na PUC-SP e na Universidade de São Paulo (USP), por programa de Pós-graduação, destaca que na PUC-SP entre os anos de 1990 à 2006, 44% das produções sobre a temática eram do Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social, mais uma evidência sobre a importância do pioneirismo dos projetos integrados, das pesquisa-ação, pesquisas individuais e coletivas desenvolvidas pelo NCA e que contaram com o envolvimento de Myrian Veras Baptista.

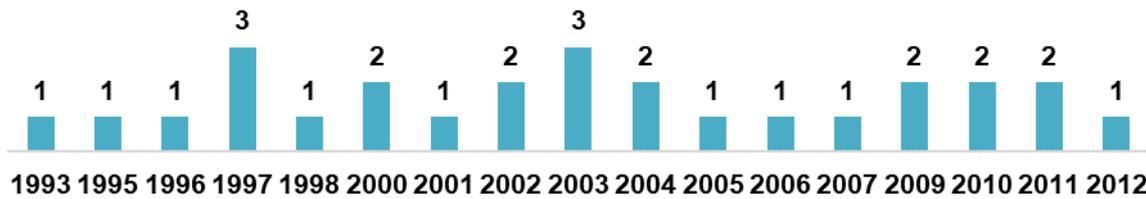
Gráfico I - Distribuição das teses e dissertações sobre o adolescente e o ato infracional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990-2006), por Programa de Pós-Graduação



(Fonte: extraído de BRETAN, 2006)

Além disto, a temática se manteve constante nas teses e dissertações orientadas por Myrian até seus últimos anos na PUC/SP, acompanhando o movimento de transformações da sociedade, com avanços e retrocessos.

Gráfico II - Orientações sobre a temática: adolescentes em conflito com a lei, o ato infracional e as medidas socioeducativas



Fonte: Plataforma Acácia. Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/> Acesso 02/04/2020 - elaboração da autora

Por meio do gráfico acima, concluímos que com exceção ao ano de 2008, desde 1995, a referida professora orientou a cada ano consecutivo, pelo menos uma dissertação ou tese sobre a temática do adolescente em conflito com a lei e/ou as medidas socioeducativas. Possibilitando assim, a conclusão de que o debate se manteve latente no referido núcleo, mesmo com a inserção de novos eixos de análise, como abordaremos no tópico seguinte.

Outro fator, que nos chama atenção ao analisar as contribuições de Myrian Veras Baptista aos estudos e pesquisas sobre a criança, o adolescente e o jovem é a orientação de dissertações e teses de profissionais do Sistema de Justiça.

Desta forma, ao analisarmos as orientações de dissertações e teses feitas por Myrian Veras Baptista, observamos que a temática do direito à convivência familiar e comunitária e suas violações, ganham espaço nas discussões sobre a infância e juventude a partir dos anos 2000.

É diferente você defender uma ideia com dados e você defender uma ideia sem dados. Você defendeu ECA e seus princípios, mas a partir da experiência e a partir de dados comprovados com análise científica. E foi uma época mesmo tempo interessante porque teve também o avanço no nível Federal que começou a discutir a questão do acolhimento e os estudos as pesquisas do IPEA e aqui nós fizemos em São Paulo, elas foram contemporâneas. (Rita C. S. Oliveira, depoimento concedido em 13 de novembro de 2018).

Em suma, compreendendo a necessidade de aprofundar o debate sobre a excepcionalidade da retirada da criança e do adolescente do convívio com suas famílias e na comunidade em nome da “prioridade absoluta”. O NCA coordenado pela professora Myrian Veras Baptista, alça novos eixos de pesquisa, que impactam também nas relações extra institucionais, agora, começando a se “enraizar” na política de atendimento às medidas protetivas, ou seja, nos então denominados abrigos, que ensejam uma nova frente de investigação.

A partir dos anos 2000, observa-se uma nova tendência no debate e nas ações do NCA, coordenado pela Professora Myrian Veras Baptista, com o foco na

investigação sobre o atendimento dos interesses das famílias de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

Diante da conjuntura da negação dos direitos sociais pelo poder executivo e do agravamento das “expressões da Questão Social”, as famílias na ausência das políticas sociais se tornam alvo das demandas no judiciário:

Ancorada nessa engrenagem histórica e legal de “proteção” que veio privilegiando a atenção pública nos serviços de alta complexidade à família pobre coube um perverso protagonismo: sem o apoio de programas e políticas compatíveis com suas necessidades, tornou-se foco do atendimento do judiciário que tem privilegiado sua penalização e seu julgamento. É o que vem sendo chamado de “judicialização da Questão Social”: sem acesso as políticas básicas e sociais – de responsabilidade do Executivo -, as famílias pobres acabam se tornando alvo de demanda legal no judiciário. (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2014: 95)

O livro II do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que trata da Política de Atendimento, tem dentre uma de suas diretrizes a municipalização do atendimento, como nos serviços socioassistenciais destinadas a crianças e adolescentes afastadas, por decisão judicial, do convívio familiar. Além disto, no estatuto supracitado, o acolhimento institucional é uma medida de proteção, provisória, excepcional, cujo moldes não poderiam ser como dos grandes complexos da Febem, mas sim, se assemelhar a uma moradia familiar.

Em 2003, João Matos do PMDB de Santa Catarina, apresentou o Projeto de Lei (PL) 1756 denominado “Projeto de lei Nova da adoção (PLNA). Dentre as medidas do referido projeto, destacamos os motivos para perda ou suspensão do poder familiar:

DA PERDA E SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR Art. 21. A perda do Poder Familiar será decretada judicialmente, em procedimento contraditório, em relação ao pai ou a mãe que incorrer em uma ou mais das seguintes hipóteses: I - castigar imoderadamente o filho; II - deixar o filho em abandono; III - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; IV - descumprir, injustificadamente, o dever de sustento, guarda e educação, ou quando, em contrário ao interesse do filho, deixar de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (BRASIL, PLNA, 2003: 10-1)

Observa-se que a cada item considerado motivo para perda ou suspensão do poder familiar, era responsável por um leque de interpretações até mesmo ambíguas. Na época o NCA estava desenvolvendo o projeto “O abrigo na cidade de São Paulo: conhecendo a realidade dos abrigos e dos abrigados” coordenado por Rita C.S. Oliveira. Além disto, Myrian orientou diversas dissertações e teses sobre acolhimento institucional, e realizou assessorias e consultorias sobre a temática. Havia um grupo com um conhecimento técnico e com reconhecimento perante os

atores do Sistema de Garantia de Direitos. Neste sentido, o NCA participou do embate contra o referido PL. Nas palavras de Rita C.S. Oliveira,

Acho que este embate do NCA foi extremamente importante, pela professora Myrian, que com a força do engajamento que ela tinha, que o NCA tinha em várias instâncias relacionadas a esse tema, principalmente com o sistema da área sociojurídica. (Depoimento concedido em 13 de novembro de 2018)

Um debate realizado na PUC-SP, denominado “Adoção: qual a lei que queremos”, organizado pelo NCA, a AASPTJSP e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), foi o início de uma ampla articulação entre os diversos atores do Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente que culminou na realização de outros eventos, como o debate no teatro Tucarena da PUC-SP, na qual se consolidou um movimento denominado “Movimento São Paulo” que contou com a participação de dezenas de instituições⁵ e na elaboração da “Carta São Paulo”, como enfatiza Rita C.S. Oliveira:

Foi naquele grupinho ali naquele Tucarena, a “meia” luz, aquela coisa da iluminação que cada um foi falando, o NCA com a professora Myrian e a professora Maria Amália, que esteve na coordenação do NCA junto com a Professora Myrian, falando sobre a questão dessas famílias. Fomos acalentando ali essa coerência ético-política, pautada, inclusive no conhecimento a partir da sistematização de dados da realidade dessas crianças e dos adolescentes e dessas famílias. Dali saiu a carta São Paulo, uma posição crítica ao projeto de lei. O grupo já vinha reunindo-se em alguns espaços e esse encontro no Tucarena, foi para demarcar uma posição e dar unidade para esse movimento. (...) (Rita C. S. Oliveira, depoimento concedido em 13 de novembro de 2018).

Ao mesmo tempo em que no âmbito federal se aprovava o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). O Plano como objetivo a prevenção ao rompimento dos vínculos familiares.

No que tange aos direitos à convivência familiar e comunitário, em 2009 é aprovada a lei 12.010, apesar de ser denominada “lei da adoção”, toda a processualidade da promulgação da lei, desde o projeto apresentado em 2003 e seus embates, fez com que esta reafirmasse os princípios constitucionais da centralidade na família, em especial os do ECA com a ênfase no direito inalienável à convivência familiar e comunitária, tratando o encaminhamento à família substituta somente quando esgotadas todas as possibilidades. A provisoriedade e excepcionalidade da medida de proteção de acolhimento institucional e a ênfase no direito ao convívio familiar e comunitário, dialogando amplamente com o PNCFC.

⁵ Ver: OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. No melhor interesse da criança? **A ênfase na adoção como garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

Neste sentido, apesar dos inúmeros avanços dos marcos normativos conforme apontamos, as violações de direitos se fazem constante na realidade das crianças, adolescentes e jovens brasileiros. No que tange aos direitos à convivência familiar e comunitária e suas violações, Myrian Veras Baptista, orientou vinte e cinco (24) trabalhos acadêmicos de dissertações e teses sobre as medidas protetivas de acolhimento e/ou colocação em família substituta até 2014, ano em que se desvinculou da PUC-SP.



Fonte: Plataforma Acácia. Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/> Acesso 20/05/2019 - elaboração da autora

Pôde-se observar que durante 15 anos, período que compreende os anos de 1999 a 2014, ocorreram defesas de dissertações e teses sobre as medidas protetivas de acolhimento e/ou família substituta, sendo a única exceção o ano de 2005. Produzindo assim, um amplo acervo do Serviço Social sobre a temática, comungando a ideia de que a convivência familiar e comunitária é primordial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, endossando também as lutas coletivas com conhecimento técnico.

Sobre as contribuições do NCA, Rita C. S. de Oliveira, aponta duas direções de análise na produção de conhecimento e na articulação das forças sociais,

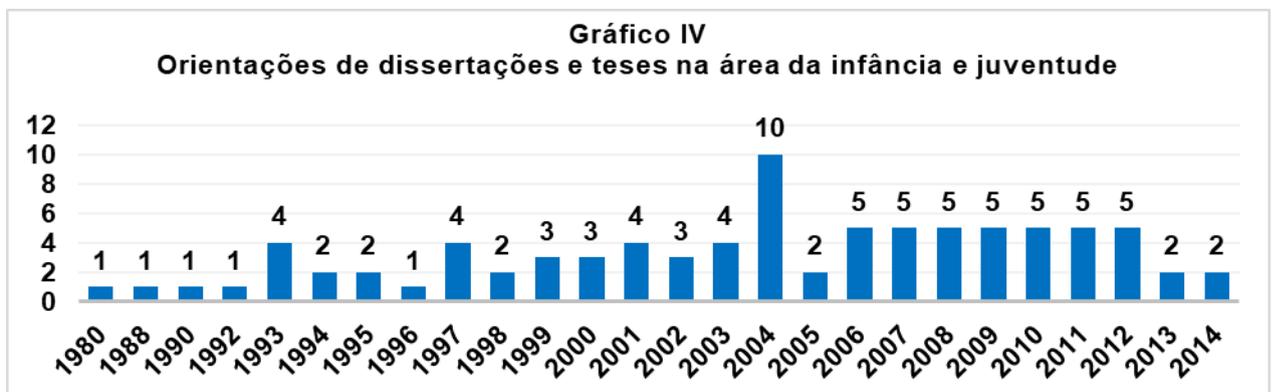
O NCA contribuiu nessas duas direções, tanto na direção da produção de conhecimentos mesmo, no âmbito intelectual, de fazer teses de doutorado e dissertações de mestrado quanto na articulação também de forças sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente e na militância direta como a gente estava colocando naquele momento nas discussões sobre legislação, sobre acompanhamentos, não é? Bastante significativo. (Depoimento concedido em 13 de novembro de 2018)

A Veras Editora e Centro de Estudos, fundado pela professora Myrian, conforme apontamos anteriormente, também se consolida como um espaço privilegiado de publicização de muitos trabalhos acadêmicos na área da infância e juventude, dentre eles diversos oriundos de dissertações e teses. Sendo constituído uma linha do editorial de publicações exclusivo para as advindas dos núcleos de pesquisa.

No que concerne ao NCA, destacamos que este foi analisado como o local onde Myrian exercia sua prática profissional e era remunerada pela PUC-SP com carga horária para dedicar-se a ele. Todavia, acreditamos ser de suma importância, salientar que o NCA contou com a participação das mais diversas áreas do saber, regiões e instituições, com muitas parcerias estabelecidas, entretanto Myrian fez com que o núcleo tivesse a sua marca. Onde a articulação interinstitucional e multidisciplinar tinha espaço garantidos no seio das discussões.

Neste sentido, é essencial evidenciar a parceria de longa data estabelecida com Dilséa Deodata Bonetti na coordenação do NCA, em diversas pesquisas e projetos. O Núcleo só foi constituindo o que foi, por um trabalho longo e coletivo, que tinha a marca do modo de ser e agir muito influenciado pela coordenadora.

Ao longo de sua carreira enquanto docente, Myrian Veras Baptista orientou 38 teses de Doutorado e 116 dissertações de Mestrado e além de orientações de pós-doutoramento, sendo elas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro e majoritariamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sendo assim, focamos exclusivamente nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da infância e juventude. Desta forma elaboramos uma sistematização das orientações na referida área, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Plataforma Acácia. Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/> Acesso 20/05/2019 -
elaboração da autora

Por intermédio do gráfico acima, cujo objetivo é a sistematização das dissertações e teses orientadas no âmbito da infância e juventude, pode-se constatar que desde a fundação do Núcleo da Criança e do Adolescente, todos os anos, houve defesa de orientandos nesta área. Destacamos a concentração de produção no ano de 2004 e o padrão estabelecido de cinco trabalhos acadêmicos durante os anos 2006 a 2012, ou seja, por seis anos, além da queda a partir de 2013

e o último ano de Myrian na PUC-SP em 2014. No total, por meio de análises das dissertações e teses, concluímos que Myrian Veras Baptista orientou oitenta e oito (88) trabalhos acadêmicos sobre a infância e juventude, especificamente.

No ano de 2014, marcando o encerramento do seu ciclo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi realizado o evento “NCA PUC-SP: a unidade teoria/prática em mais de vinte anos do Núcleo da Criança e do Adolescente”, na ocasião além das explanações de pessoas significativas nestes mais de vinte anos do NCA, o evento foi marcado por inúmeros relatos extremamente ricos das memórias de pessoas que fizeram parte da história do Núcleo, constituindo assim, na nossa perspectiva, a gênese do resgate do legado de Myrian Veras Baptista aos estudos e pesquisas sobre a criança e o adolescente.

3. Considerações finais

O resgate da história e memória no Serviço Social não é ato novo, pois vem sendo feito com muita propriedade pela categoria profissional, desde a década de 70. A profissão é e vem sendo construída por histórias, no plural. Ao optarmos pela filosofia da história de Walter Benjamin, escolhemos a concepção materialista dialética do passado-presente-futuro, sem desconsiderar a conjuntura do passado que, na perspectiva benjaminiana, não é recuperada na sua totalidade, mas é rememorada e ajuda a iluminar o presente. O nosso intuito foi demonstrar um movimento particular no interior da profissão.

A metodologia da história oral temática, pelo procedimento dos depoimentos, nos possibilitou adentrar na história por meio da memória, que se torna coletiva; é uma escolha política, e a consideramos muito assertiva, ao permitir a apropriação de detalhes, nuances e movimentos, que deram outra perspectiva à análise de dados e ao modo de interpretar o resgate histórico, o que nos lembra Daniel Bensaid (2010:19): “Os lençóis freáticos da memória coletiva” encontram “o brilho simbólico do evento histórico” (tradução nossa).

Utilizamos como fio condutor da análise sobre a contribuição de Myrian à construção do conhecimento na área da infância e juventude, a história e a memória; entretanto, essas se desdobraram em diversas novas possibilidades de eixos de investigação.

Quatro são destacados, amplamente, nos depoimentos e dados coletados:

- 1) A visão perspicaz, ao buscar novos caminhos para o exercício de sua prática profissional (Ilespa, Centro de Estudos e Editora Myrian Veras Baptista e Neca);
- 2) As orientações de dissertações de mestrado e teses de doutorado;
- 3) As publicações;
- 4) A defesa da unidade teoria/prática na profissão.

A visão perspicaz, ao buscar novos caminhos para o exercício de sua prática profissional, refere-se à característica de se arriscar quanto aos novos rumos na profissão. No Paraná, após sua demissão da Universidade, funda o Ilespa, prestando assessorias e consultorias, em 1966. Em São Paulo, mesmo com a relação profícua com a Cortez Editora, que perdurou por toda a sua trajetória, funda o Centro de Estudos e Editora Myrian Veras Baptista, com o intuito de lançar publicações que pudessem se aproximar mais da prática profissional dos assistentes sociais e, por fim, a Neca, meio de articulação de pesquisadores das mais diversas regiões nas áreas da infância e juventude.

Por outro lado, quanto às orientações e teses, das oitenta e sete (87) teses e dissertações orientadas especificamente nas áreas da infância e juventude, em nosso levantamento, vinte e seis (26) são sobre adolescente em conflito com a lei, as medidas socioeducativas e o ato infracional, ou seja, trinta por cento (30%) do total. No que concerne aos trabalhos orientados com a temática sobre o direito à medida protetiva de acolhimento, seja ele institucional ou familiar, e/ou colocação em família substituta, perfazem vinte e oito por cento (28%) do total.

Os dois eixos representam cinquenta e oito por cento (58%) das subtemáticas, dentro das áreas da infância e juventude dos trabalhos orientados por Myrian. Salientamos que esses, por serem constantes, com exceção do ano de 2005, em que não houve defesa de trabalhos sobre medidas protetivas de acolhimento, mantiveram-se até 2014. Em 1999 e 2008, não houve defesas de trabalhos sobre adolescente em conflito com a lei, mas foram mantidas até 2012.

Quanto às publicações, há dois aspectos que devem ser mencionados: as publicações da autora Myrian Veras Baptista e aquelas para as quais colaborou no ramo da editoria. Ambas com uma contribuição significativa para a produção do conhecimento na área de crianças e adolescentes e do Serviço Social como um todo.

Sobre a defesa da unidade teoria/prática, concluímos que se constitui o princípio basilar de todas as ações do NCA, que foram desenvolvidas desde sua gênese; perpassa pelos projetos de pesquisa-ação, projetos integrados, e é adotada pelos membros que compunham o grupo de pesquisa.

Por meio das análises realizadas, conclui-se que os projetos de pesquisa-ação foram de suma importância para o desenvolvimento de estudos e pesquisas (sejam eles teses de doutorado ou dissertações de mestrado), ou novas pesquisas, diagnósticos sociais e projetos integrados.

Podemos desvelar, a partir dos depoimentos e levantamentos realizados, que Myrian Veras Baptista fez escola, uma tendência, sobre certa geração, nas discussões a respeito de criança, adolescente e o jovem, afinal, todos os que passaram pelo Núcleo, no decorrer dos anos, sabem que “NCA, quem foi sempre será” e tem em si marcas desse legado.

Por outro lado, sob a concepção da dialética passado-presente-futuro, sob a perspectiva benjaminiana de compreensão da história como “aberta”, compreendemos que

a rememoração como um trabalho de construção narrativa se faz a partir do *inconsciente* e do *involuntário*. Por meio dela, o passado se apresenta não como fato objetivo ou como transparência para um sujeito que lembra soberanamente, mas, antes, como imagem do atrito inesperado com um acontecimento sensível do presente, imagem disruptiva capaz de criar com o presente uma constelação significativa nova. (COSTA, 2013:24-5, grifos do autor).

Como ensina Benjamin (2016: 12) “o dom de despertar do passado a centelha da esperança” é do materialismo histórico-dialético. Cabe a nós, inspirados nessas fagulhas do passado das contribuições como as de Myrian, parafraseando Iasi (2008) “o reconhecimento do suor das (décadas) no orvalho de cada dia”, não em uma perspectiva romântica acrítica, mas compreendendo, dentro da dialética passado e presente, que há infinidade de possibilidades da ação transformadora com a mediação teoria/prática.

Referências

BAPTISTA, Myrian Veras. Enfrentando desafios: a operação de um Núcleo de Estudos sobre a Criança e o Adolescente. In: **Caderno do NCA vol. 1**, Programa de estudos pós-graduados da PUC-SP/São Paulo 1995.

_____.; OLIVEIRA, Rita C.S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes: perspectiva histórica da implantação dos planos individuais de atendimento e das audiências concentradas. In: FÁVERO, Eunice; GOIS, Dalva Azevedo (orgs). **Serviço Social e temas sociojurídicos**: debates e experiências. Rio de Janeiro:

Lumen Juris, 2014b.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Tradução e organização de João Barrento. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica. 2016

BENSAÏD, Daniel. **Walter Benjamin, sentinelle messianique**. Paris: Les Paires Ordinaire, 2010.

BRASIL. Projeto de Lei 1753 de 2003 que dispõe a Lei Nacional da Adoção e das outras providências (PLNA). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=129112> Acesso: 10/11/2018.

BRETAN, Emília A. **Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações na USP e na PUC-SP (1990-2006)**. (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Luís Inácio Oliveira. As imagens do lembrar – um fragmento de Benjamin sobre a memória involuntária de Proust. *In: Fronteira Z- Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC/SP nº 20*, 2018.

FORD, Juliana Vieira. O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória. *Revista Serviço Social e Sociedade n. 134*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

GULASSA, Maria Lucia Carr. **Novos rumos para o acolhimento institucional**. Associação dos Pesquisadores de núcleos de estudos e pesquisas sobre a criança e o adolescente - NECA. São Paulo, 2010.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACÊDO, Myrtes. O tema da criança e do adolescente nas pesquisas em Serviço Social. *In: Caderno Abess nº 8*, São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Anotações de aula na disciplina Serviço Social e Cotidiano Profissional II**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. **No melhor interesse da criança? A ênfase na adoção como garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2015.